

AVISO DE PRIVACIDADE

SEGURANÇA INSTITUCIONAL, CONTROLE DE ACESSO E VIDEOMONITORAMENTO

Este edifício utiliza sistemas de **videomonitoramento (CFTV)** e de **biometria facial para controle de acesso** às dependências físicas da Advocacia-Geral da União (AGU) e às áreas de estacionamento vinculadas.

O tratamento dos dados pessoais coletados por meio dessas tecnologias tem por finalidades garantir a segurança predial, patrimonial e física de membros, servidores, estagiários, terceirizados e visitantes, prevenindo acessos não autorizados e auxiliando na mitigação de riscos ou incidentes às instalações da AGU.

Dados pessoais tratados

Poderão ser tratados:

- **No sistema de videomonitoramento (CFTV):** imagens de vídeo e registros de circulação/presença no ambiente monitorado.
- **No sistema de controle de acesso por biometria facial:** imagens faciais, nome completo, CPF, unidade de lotação, cargo, registros de acesso (data, horário e local) e informações relacionadas ao veículo utilizado para acesso ao estacionamento institucional.

Fundamentação legal

O tratamento de dados pessoais é realizado em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A captação das imagens de videomonitoramento, a coleta da imagem facial e dados de acesso é necessária para a execução das atribuições públicas de segurança da AGU, garantindo a proteção do patrimônio público, das informações tratadas no âmbito deste edifício e de todas as pessoas que o acessam.

Armazenamento

Os dados pessoais são armazenados em ambiente local e seguro:

- **Imagens de Videomonitoramento (CFTV):** permanecem gravadas por um período de **15 a 20 dias**, sendo automaticamente sobrescritas após esse prazo, salvo necessidade de preservação para instrução de apurações administrativas ou judiciais.
- **Dados do Controle de Acesso (Biometria Facial e Registros de Entrada/Saída):** são armazenados pelo período necessário ao cumprimento da finalidade de segurança e para a manutenção do histórico institucional de acessos às instalações.

Compartilhamento e segurança das informações

Os dados pessoais são armazenados em ambiente local, com acesso restrito aos agentes autorizados, observadas medidas técnicas e administrativas destinadas à proteção das

informações contra acessos não autorizados, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

O tratamento poderá envolver empresas contratadas para suporte tecnológico e operacional, observadas as disposições legais aplicáveis e obrigações de confidencialidade e segurança da informação.

Direitos do titular

O titular dos dados poderá exercer os direitos previstos na LGPD, observadas as hipóteses legais aplicáveis à Administração Pública. Em caso de dúvidas ou solicitações sobre o tratamento de dados pessoais pela Advocacia-Geral da União, fale conosco pelos [canais de atendimento da Ouvidoria](#) e do [Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais \(LGPD\)](#).